

# UGEIRM

## SINDICATO

### DOS ESCRIVÃES, INSPETORES E INVESTIGADORES DE POLÍCIA-RS

Rua Lobo da Costa, 480 - Porto Alegre - RS - Cep 90050-110

Filiada à Cobrapol e à Feipol/Sul - Edição Especial - Agosto/2012



Envelopamento autorizado  
Pode ser aberto pela ECT



Impresso Especial  
9912253790DR/RS  
Ugeirm  
Sindicato

PARA USO DOS CORREIOS

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> MUDOU-SE                                 | <input type="checkbox"/> FALECIDO           |
| <input type="checkbox"/> DESCONHECIDO                             | <input type="checkbox"/> AUSENTE            |
| <input type="checkbox"/> RECUSADO                                 | <input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO      |
| <input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE                        | <input type="checkbox"/> CEP                |
| <input type="checkbox"/> CEP                                      | <input type="checkbox"/> NÃO HÁ Nº INDICADO |
| <input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO/SÍNDICO |   |

Reintegrado ao Serviço Postal em

--	--	--

RESPONSÁVEL

**Categoria aprova proposta de remuneração por subsídios**

Página 6

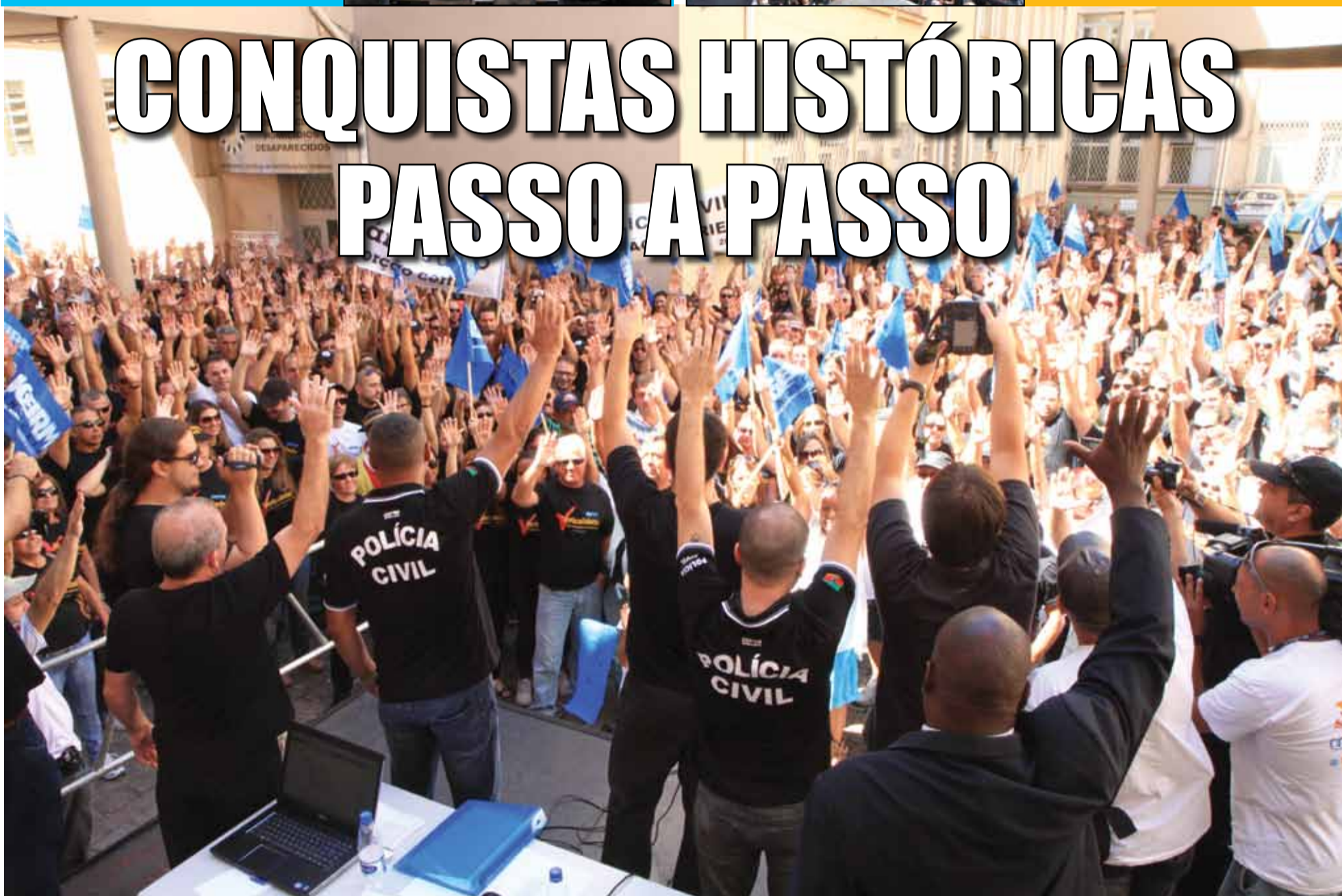


**Conquista de carreira de nível superior encerra luta de 15 anos**

Página 7



# CONQUISTAS HISTÓRICAS PASSO A PASSO



**E**sta é uma edição especial do Jornal da Ugeirm. É a primeira de 2012, mas há boas razões para essa esperança. Nas próximas páginas, vamos relembrar as conquistas da aposentadoria especial e da abertura de novas vagas. Vamos também detalhar a aprovação da lei que institui a remuneração por subsídios a partir do próximo ano, após mais de seis meses de negociações.

Outra boa notícia é o reajuste de 6% em novembro deste ano. Tivemos uma grande conquista: a carreira de nível superior para agentes policiais. Há ainda uma nova turma de policiais se formando na Acadepol e temos, pela frente, um plano de carreira para ser discutido e aprovado. Esta edição especial é, portanto, uma forma de celebrar o advento de novos tempos e novas perspectivas para os agentes policiais.

Tantas conquistas são resultado de muitas iniciativas, que chamaram atenção de policiais de vários estados brasileiros. Assembleias, atos públicos, paralisações, articulações políticas diversas, rodadas de negociação, reuniões, muitas dúvidas, desafios imensos. Podemos dizer, com segurança, que as conquistas efetivadas renovam a luta da Ugeirm em construir uma Polícia Civil melhor para todos.

EDITORIAL

## Salário e verticalidade

Mais de que uma simples vitória, o salário em forma de subsídio é uma conquista maiúscula da categoria. Foi dado um passo definitivo para afirmação da nossa verticalidade, que não é apenas um conceito jurídico, mas uma política que defende dignidade e salário na proporção certa para todos.

Depois de mais de seis meses de negociações, assinaladas por avanços e recuos, chegamos ao ponto máximo aceito pelo governo, dentro da proposta apresentada pela Ugeirm.

Infelizmente, os delegados fizeram intenso lobby para que a verticalidade entre agentes e delegados, afinal enviada pela Casa Civil, não fosse apreciada pela Assembleia Legislativa. Não vamos permitir que novos abismos sejam criados na Polícia Civil.

A categoria tem uma política salarial em forma de subsídios de acordo com §9º do Art. 144 da Constituição Federal. É uma das mais importantes conquistas dos agentes da Polícia Civil gaúcha nos últimos anos, embora ainda seja necessário antecipar ganhos aos que estão aposentados abaixo do padrão 6. A Ugeirm vai lutar para contemplá-los mais rapidamente do que o previsto na tabela.

Devemos ressaltar essa vitória por três razões fundamentais: a primeira está no estabelecimento de proporção entre as reposições futuras. Em segundo lugar, temos um calendário para os próximos seis anos. Isso é importantíssimo num contexto de crise global, que, em alguma medida, repercute em nossa sociedade diante da recessão da economia em outros países.

E, em terceiro lugar, é estabelecido o formato de uma política salarial que respeita os agentes da Polícia Civil como fundamentais à segurança pública. Na história das lutas dos servidores e dos trabalhadores, não existe conquista definitiva em apenas uma batalha. Novas conquistas são, muitas vezes, constrangidas por ataques aos nossos direitos.

Por isso, esse plano de salários resgata, ainda que em parte, a dignidade dos agentes, que demonstraram, nessa luta, uma profunda consciência de classe, um senso de unidade e uma capacidade de mobilização poucas vezes observada na história da nossa corporação.

Agora temos uma perspectiva baseada em carreira de nível superior, já aprovada, e cujo plano e atribuições serão formatados neste segundo semestre. Os grandes heróis são os agentes que, cotidianamente, arriscam as suas vidas na defesa da sociedade. Essa valentia se materializou no esforço e na capacidade de luta que demonstramos para afirmar positivamente o nosso futuro.

Isaac Delivan Ortiz

# A Ugeirm e a luta dos policiais gaúchos

Romeu Karnikowski\*

**A** Polícia Civil gaúcha é uma das principais organizações públicas da América Latina e reconhecida como a melhor polícia do Brasil.

A despeito da sua importância na permanente luta contra a violência e a criminalidade em defesa da sociedade e dos grupos vulneráveis, os servidores policiais não recebem o devido reconhecimento salarial e profissional por parte dos governos.

A qualidade da Polícia Civil gaúcha não está, portanto, nas malfadadas administrações dos governos, mas na sua longa trajetória histórica, voltada à defesa da cidadania. Um dos fundamentos dessa grandeza é a crescente retomada da consciência, por parte dos seus servidores, de que a Polícia Civil é um dos elementos decisivos da nossa sociedade.

A Ugeirm, ao longo dos últimos anos, vem sendo o carro-chefe da referida retomada da valorização

dos policiais civis, destacadamente através das suas lutas por melhores salários, melhores condições de trabalho, promoções justas e reestruturação das carreiras dos agentes.

O regime militar (1964-1985) reduziu a importância das polícias civis no Brasil, mas, principalmente, a do Rio Grande do Sul que tinha até então a responsabilidade quase exclusiva, se não primordial, sobre a segurança pública em todo o Estado.

Além das apurações das infrações penais e de polícia científica, tinha o encargo sobre o policiamento ostensivo civil por meio da Guarda Civil (1929-1967), das rádios patrulhas, dos guardas noturnos (polícia particular, mas sob a fiscalização e supervisão da Polícia Civil) e mesmo sobre os destacamentos de polícia da Brigada Militar nas delegacias.

A Ugeirm vem demonstrando que a grandeza da Polícia Civil gaúcha reside, sem dúvida, na qualidade profissional dos seus agentes, a des-

peito do regime militar ter reduzido a importância da corporação. E a luta que a Ugeirm encabeça vai muito além da reivindicação salarial – que é vital indiscutivelmente.

Ela também se afirma na busca da carreira única e do reconhecimento de que a incumbência de polícia judiciária e das apurações das infrações penais é de todo corpo policial tal com dispõe o §4º do Art. 144 da Constituição Federal.

A carreira única conferirá aos agentes a perspectiva da autoridade de polícia. Não é sem razão que a verticalidade salarial foi a ideia inspiradora de sua campanha, gravada nos corações dos agentes de polícia, e que se tornou o símbolo principal na afirmação de que os servidores policiais são um dos pilares na defesa da sociedade e da cidadania no Estado do Rio Grande do Sul.

Romeu Karnikowski é doutor em Sociologia e Pesquisador PNPD da PUC/RS



## ARARA

### Alô DAJ

Parecer da DAJ que pretende delegar atribuição de autoridades policiais a agentes esqueceu-se de se manifestar sobre oitivas feitas por telefone. O caso é do conhecimento da Chefia de Polícia.

### Estagiários

Há delegados recrutando estagiários para a confecção de relatórios de inquérito. São evidentes a usurpação de função pública e a falta de disposição de alguns delegados para o trabalho.

### Serra

Numa delegacia da serra, agentes da investigação quiseram verificar o andamento de um inquérito, mas foram informados pelo estagiário que o assunto seria compartilhado apenas entre ele o delegado.

### Fronteiras do absurdo

Em Uruguiana, uma autoridade po-

licial determinou que um agente copiasse o depoimento de uma testemunha de um flagrante para os demais "ouvidos". Está inaugurada a oitiva ctrl c + ctrl v.

### Fronteiras da capital

O sindicato está atento às tentativas de retaliação contra agentes da capital e região metropolitana que decidiram aderir à OCL. É a tática da ameaça de remoção. A Comissão de Direitos Humanos vai tomar conhecimento do tratamento dispensado a policiais que cumprem a lei.

### Doença contagiosa?

Ouvido de um delegado durante a sessão da Assembleia Legislativa que votou o projeto dos subsídios: "não queremos nenhuma proximidade com os agentes".

### Carreira única

Antevendo o futuro da carreira única, a Acadepol ensinou a nova turma de agentes a fazer relatório de inquérito. Atribuição hoje é de delegado.

### Sem novela

Há uma nova turma de policiais for-

mada. Dada a imensa carência de efetivo, a Ugeirm quer acreditar que não se repetirá a novela com os capítulos de nomeação e de posse.

### Minha delegacia

Convidada para a inauguração de uma DP em Porto Alegre, a direção da Ugeirm foi até lá. Foi recebida pela delegada titular, que anunciou: "aqui vocês não podem entrar". Pagou o mico de aprender boas maneiras e ainda ouvir uma aula sobre os espaços públicos.

### Eu não!

Delegado substituto chegou numa DP e ficou sabendo que os agentes aderiram à Operação Cumpra-se a Lei. Reagiu: "comigo não tem essa". Reunido com os agentes, ouviu que a OCL seria mantida. Concluiu: "Então, vou embora, não vou adoecer aqui".

### Aviso

Portarias se multiplicam dizendo que os delegados não querem mais suas tão reclamadas atribuições. Olha o ciclo completo aí, gente.

# Policiais conquistam direito de aposentadoria especial

Após 10 anos, luta da Ugeirm assegura direitos de integralidade e de paridade

Os primeiros passos de conquistas importantes para os policiais civis foram dados no início do ano passado. O governo já tinha conhecimento da pauta de reivindicações da categoria desde janeiro, quando tomou posse, mas os encaminhamentos ainda eram incipientes. O primeiro item da nossa pauta era o reconhecimento da aposentadoria especial, constrangida há cerca de dez anos.

Em maio de 2011, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) produziu parecer para responder às dúvidas da Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos (SARH). O STF reconhecera, em 2010, que a lei 51/85 foi recepcionada pela Constituição Federal e emendas posteriores. A SARH queria saber como aplicar a decisão e se deveria revisar atos de aposentadoria sem integralidade e paridade.

Pois o “novo” entendimento da PGE foi negar direitos de integralidade e de paridade, bem como não revisar prejuízos de policiais que se aposentaram sob entendimento equivocado. Houve uma reunião tensa, onde o sindicato acusou a necessidade de corrigir rumos. Para negar direitos,



Maio de 2011: Ugeirm exige aposentadoria especial e protesta contra “Pacotarso”

a PGE alegou estar interpretando a decisão do STF “à luz da Constituição”.

## Reação

O Conselho de Representantes da Ugeirm se reuniu no dia 25 de maio. Era fundamental não apenas efetivar direitos para os que tinham tempo para se aposentar, mas também revisar os proventos de quem havia se aposentado sem

integralidade e paridade. Não é aceitável guindar aposentados, ano a ano, à condição econômica de miserabilidade pelo congelamento de benefícios.

O sindicato tinha declaração de Tarso Genro, ainda candidato a governador, para aplicar as mesmas regras que sempre aposentaram os policiais federais. O Conselho da Ugeirm aprovou uma paralisação para o dia 15 de junho e a

categoria deveria participar de atos públicos contra o aumento da previdência previsto no “Pacotarso”.

## Negociações abertas

Pressionado, o Palácio Piratini decidiu negociar dois pontos da pauta de reivindicação no dia 10 de junho - cinco dias antes da paralisação agendada. O governo iria reconhecer direitos de aposentadoria

especial e criaria 1.541 novas vagas de promoção (veja matéria abaixo).

Nesta data, o governo não sinalizou nenhum reajuste salarial, item considerado “emergencial” na pauta de reivindicações da Ugeirm.

O governo disse ter conhecimento da paralisação e que respeitava as decisões do sindicato. O chefe da Casa Civil, Carlos Pestana, todavia, pediu para que a paralisação fosse suspensa e que o atendimento de dois itens da pauta deveria ser entendido como um “gesto inicial de boa vontade”.

## Paralisação suspensa

O Conselho de Representantes da Ugeirm voltou a se reunir no dia 14 de junho. A proposta do governo de reconhecer a aposentadoria (com revisão de proventos) e de criar novas vagas de promoção foi formalizada. Por maioria de votos, a paralisação foi suspensa.

“O Conselho tomou decisões acertadas, tanto que toda a Polícia Civil foi beneficiada com a abertura de vagas para promoção e com a aposentadoria especial. As duas medidas representam conquistas importantes para a categoria e nos conferem direito há muito represado e perspectiva”, diz Isaac Ortiz, presidente da Ugeirm.

## Novas vagas quebram gargalo das promoções

A criação de 1.541 novas vagas para promoção quebrou um gargalo terrível nas promoções. Deste total, mais de 600 (40%) foram abertas em dezembro de 2011. Cerca de 460 (30%) serão criadas no final deste ano, número que se repetirá em dezembro de 2013.

Existe a perspectiva real de promoção para todos os policiais em atividade. É fundamental não esquecer que agentes policiais ficavam 10, 15, 20 anos na mesma classe à espera de promoção. É necessário verificar números oficiais para dimensionar a mudança.

No dia 3 de novembro de 2010, o Diário Oficial publicou uma lista (atrasada) com um total de 90 agentes

promovidos. Somados os critérios de antiguidade e merecimento, quatro inspetores e três escrivães chegaram a comissário. Portanto, apenas sete agentes atingiram o final da carreira.

## Comparativo

No final do ano passado, somadas as promoções por antiguidade e por merecimento para comissário, foram

120 escrivães e 128 inspetores, totalizando 248 agentes no final da carreira. A diferença entre sete e 248 fala por si. Convém fazer ainda outra leitura.

Se as sete vagas para comissário no final de 2010 fossem consideradas média fixa para os anos seguintes, quanto tempo seria necessário para promover 248 inspetores e escrivães de 4ª classe a comissários? A resposta estaria em 35

listas, ou quase 18 anos.

É uma enorme diferença, que inaugura hoje a possibilidade de chegar ao final da carreira. Muitos agentes não cogitavam essa hipótese, alguns se aposentaram na 3ª Classe.

Portanto, parte da contrariedade recebida pelo sindicato ao suspender a paralisação em junho de 2011 talvez não tenha dimensionado corretamente os ganhos advindos do aumento de vagas e do reconhecimento da aposentadoria (que também abre vagas).

A Ugeirm reconheceu ser necessário negociar reajuste – o que começou a ser feito no segundo semestre do ano passado. É o que você confere na página 4.

**007** Promovidos a comissário no final de 2010

**248** Promovidos a comissário no final de 2011

# Estratégia de agentes policiais surpreende núcleo duro do governo

Conselho de Representantes da Ugeirm decide votar indicativo de greve em março de 2012

O xadrez político das negociações do segundo semestre de 2011, quando as categorias da base da segurança pública pressionavam por reajuste emergencial, tinha peças fora do tabuleiro, isto é, as mais altas hierarquias remuneratórias. Como se sabe, a Ugeirm, mais uma vez, liderou a categoria para a luta.

**A**s primeiras rodadas de negociação aconteceram em agosto, mas o resultado foi insuficiente. Foi o governo que encerrou negociações com incremento de 91 reais no vencimento básico, divididos em duas parcelas – a segunda só seria creditada em abril deste ano – o que totalizaria reposição entre 13,5% e 10,5% para agentes de primeira à quarta classe.

A expectativa dos agentes policiais era de negociar índices emergenciais superiores. Logo, era preciso reagir. O governo, ao apostar, com relativo sucesso, na disputa travada entre servidores de outras categorias, tentou a mesma manobra divisionista contra os agentes policiais.

A manobra oficial acreditou ter preparado terreno para negociar com quem, até então, permanecia estrategicamente fora do tabuleiro. A Ugeirm anteviu a jogada, mas era preciso manter a unidade da categoria e evitar erros que deixariam os agentes divididos ou isolados em protestos.

## Paralisação

Foi então que a Ugeirm, amparada na decisão do Conselho de Representantes, liderou a paralisação entre os dias 28 e 29 de setembro de 2011, que teve adesão maciça dos agentes de todas as regiões, inclusive na capital. Esse foi o modo de assinalar contrariedade contra o reajuste insuficiente. Nenhuma outra categoria da segurança pública promoveu reação audível ao encerramento das negociações goela abaixo.

O Palácio Piratini investiu pesado, custeando matéria paga de quase página inteira nos principais periódicos impressos no primeiro dia de paralisação. Apostou na guerra de versões, tentou passar a mensagem de que os agentes estavam divididos. O governo acreditou que provocaria desgaste da representação sindical, cavando trincheira contra supostos radicais grevistas no final do ano.

“Não existe sindicato amiguinho do governo. O núcleo duro de decisão dos governos não mede só discurso, mas a real capacidade de mobilização e de



Ugeirm lidera dois dias de paralisação em setembro de 2011

estratégia. A greve no final do ano desgastaria os agentes, tal como aconteceu em outra categoria. Era uma armadilha, incentivada, na surdina, por quem ameaçava boicotes à Operação Verão e ao início das aulas na Acadepol”, recorda-se Isaac Ortiz, presidente da Ugeirm.

## Indicativo de greve

O Conselho de Representantes da Ugeirm se reuniu no dia 14 de outubro, quando aprovou a realização de assembleia geral para avaliar indicativo de greve em março de 2012 – o que se revelou decisão acertada.

No início de novembro, a Ugeirm endossou uma tabela de reajustes graduais para todos os policiais civis, isto

é, agentes e delegados. Tentou, por mais de uma vez, negociação conjunta na Polícia Civil. Não teve resposta ao apelo de unidade entre agentes e delegados.

“O indicativo de greve para março daria tempo para o governo construir negociação que contemplasse todos, sem repetir o erro de 1992. O governo ainda não havia selado negociação com os delegados”, avalia Fábio Castro, vice-presidente da Ugeirm.

O Conselho de Representantes da Ugeirm também verificou a necessidade de ampliar discussões com as bases no interior do estado, realizando plenárias em diversas regiões para ouvir sugestões e difundir nossas estratégias de luta, que seriam intensificadas.

## 2012

# Delegados selam acordo e governo faz proposta indecorosa aos agentes

No final de 2011, plenárias tinham sido realizadas em cidades como Santa Maria e Caxias do Sul. No início de 2012, o Palácio Piratini concedeu integralmente o que era reivindicado pelos delegados – e nada para os agentes. Era real o risco de repetir a tragédia de 1992.

A Casa Civil comprometeu-se a formalizar proposta em janeiro para a Ugeirm, na forma de subsídios e com verticalidade, em negociação desvinculada de outras categorias da segurança. Policiais compareceram em peso ao Palácio Piratini no dia 31 de janeiro, atraindo atenção da imprensa. Grande decepção. O valor para primeira classe seria, em 2012, de 3,7 mil reais.

Ao mesmo tempo em que mais plenárias no interior, na capital e na região

metropolitana eram realizadas, a Ugeirm liderou mais ações de grande visibilidade em fevereiro. Uma delas foi a devolução de telefones funcionais e início da Operação Cumpra-se a Lei no Deic. A outra deu-se com a abordagem do governador na porta do Palácio da Polícia no dia 7 de fevereiro.

Tarso Genro estava lá para a aula inaugural da nova turma de agentes. A Ugeirm entregou-lhe, respeitosamente, material da campanha de verticalidade e expôs a insatisfação da base. “O governo fará uma proposta convincente. Não percam a cabeça”, disse o governador.

A expectativa era ter uma proposta digna antes de 16 de março, quando a assembleia geral da categoria votaria o indicativo de greve. Não foi o que aconteceu.

Foto: Ricardo Rochedo



31 de janeiro: categoria recebe proposta indecorosa do governo



7 de fevereiro: Tarso promete “proposta convincente”

Foto: Caco Argemi/Palácio Piratini

# Mais de dois mil policiais realizam assembleia histórica

Maior assembleia geral dos 32 anos de história da Ugeirm pressiona governo a melhorar proposta

Fotos: Ricardo Rochedo

O dia 16 de março de 2012 é uma data histórica para a Polícia Civil gaúcha e para sempre deve ser lembrado como tal. Os preparativos, os encaminhamentos e as decisões da categoria demonstraram não só grande capacidade de organização e de unidade, mas equacionaram força e responsabilidade numa estratégia de êxito.



Categoria aprova dois dias de protesto e ampliação da Operação Cumpra-se a Lei.

## Sem greve

A greve, instrumento legítimo que não pode ser desprezado, é um recurso extremo. É a última medida a ser tomada, notadamente quando não há mais possibilidade de negociação. Se mal feita, uma greve pode trazer desgastes desnecessários, mais ainda quando são policiais que precisam explicar à sociedade a restrição de atendimentos.

Greve açodada, que não afere a temperatura política da ocasião, sepulta perspectivas ao invés de criá-las. Havia, além disso, uma janela aberta para seguir na luta. O governo ainda não havia encerrado as negociações. Por unanimidade, a assembleia geral decidiu não entrar em greve, apesar dos ânimos exaltados.

Além de atividade com grande visibilidade pública, sinalizadora da união e força da categoria, a assembleia entendeu não ser o caso de somente rechaçar a proposta ruim. Era preciso deixar clara a contrariedade. Os policiais fizeram uma grande marcha do Palácio da Polícia até o Palácio Piratini ao final da assembleia.

“As deliberações foram ampliar a adesão à Operação Cumpra-se a Lei para demonstrar a importância do trabalho do agente policial. Foi aprovada ainda uma paralisação de dois dias para pressionar o governo a apresentar tabela de subsídios para todos. A greve não foi aprovada, mas também não estava descartada”, diz Cláudio Abel Wohlfahrt, diretor financeiro da Ugeirm.



Milhares de policiais de todas as regiões lotam o pátio do Palácio da Polícia



Marcha gigante passa pelo Parque da Redenção a caminho do Palácio Piratini

## Paralisação de dois dias tem adesão de 100%

Nos dias 21 e 22 de março, conforme definido na assembleia geral, as delegacias e departamentos da capital, região metropolitana e nas 29 regiões policiais do interior do estado, a adesão à paralisação de atividades foi de praticamente 100%.

O governo ainda não havia agendado nova data de reunião para a continuidade das negociações. A expectativa da categoria, ansiosa com a evolução das tratativas com o Piratini, era imensa.

“A força da assembleia e a adesão aos dois dias de paralisação deram ao

sindicato a segurança de que havíamos acertado na estratégia. Tínhamos o claro apoio da categoria e saberíamos reagir na medida do necessário”, frisa Isaac Ortiz, presidente da Ugeirm.

Em verdade, as negociações com o governo ainda se arrastaram por mais de

três meses. A Ugeirm intensificou articulações políticas com diversas esferas do governo e com parlamentares depois disso. “Não iríamos aceitar a repetição de 1992. Quem apostou contra a nossa luta saiu perdendo”, finaliza Fábio Castro, vice-presidente.

# Categoria aprova proposta de remuneração por subsídios

Reunida no Palácio da Polícia, assembleia da Ugeirm avaliza acordo no dia 11 de junho

Em nova assembleia geral, realizada no auditório do Palácio da Polícia, com a participação do Sinpol, no dia 11 de junho, a categoria decidiu, por unanimidade, aceitar a proposta para instituir remuneração por subsídios. No dia seguinte, 12 de junho, o Palácio Piratini encaminhou todos os projetos salariais da segurança pública para a Assembleia Legislativa.

**F**oram muitas as reuniões na Casa Civil ao longo de um ano, algumas delas tensas, para que os policiais conquistassem um calendário com o mesmo tratamento conferido às hierarquias superiores. A implementação gradativa assegura viabilidade orçamentária. Houve ainda, no projeto dos agentes policiais, retificação que melhorou o texto original.

A remuneração através de subsídios, descrita na tabela ano a ano, é diferente da composição dos salários até então conhecida. Fica extinta a fórmula que soma vencimento básico, fator de valoração, triênios (vantagens temporais) e função gratificada.

Toda a colcha de retalhos anterior se transforma em uma única linha de crédito de salário, que é o subsídio mensal. Além de mais simples e transparente, há outro aspecto importante: segurança jurídica. No passado, gratificações foram cortadas e hoje há quem questione, nos bastidores, se aposentado tem atividade de risco.

No Rio Grande do Sul, recebem por subsídios os juizes, desembargadores, promotores, defensores públicos e procuradores do Estado. A partir de 2013, delegados e agentes policiais ingressam nesse rol, constringendo nociva política de negociações salariais isoladas, que tanto prejudicaram as categorias de base. A Polícia Civil é uma só e todos merecem dignidade.

## Sem redução de salário

A tabela é extensiva a todos os aposentados e pen-

sionistas. Na hipótese de o salário do policial, em maio de 2013, ser maior que o valor trazido pela tabela, haverá uma parcela completiva provisória, que impedirá redução de proventos.

A parcela completiva será extinta quando o valor da tabela de subsídios superar o salário recebido pelo policial.

Entre 2013 e 2018, haverá duas datas-base por ano, sempre nos meses de maio e de novembro. O lei estabelece ainda índices de escalonamento entre salários de todos os agentes ao final desse período, sendo o comissário de polícia o patamar 100%. Veja demais índices na tabela.

“A tabela não é aquela que propusemos em novembro de 2011. Tivemos que negociar valores, mas é uma enorme conquista. Não houve, nos últimos 20 anos, nenhuma negociação que se possa comparar para os agentes policiais. E não podemos nos esquecer de que o gargalo das promoções foi quebrado com a criação de novas vagas, além da aposentadoria especial, o que abre nova perspectiva para quem está em atividade”, diz Isaac Ortiz, presidente do sindicato.

## Novembro de 2012

Em novembro de 2012, os salários e proventos de aposentadoria e pensão ainda obedecerão à fórmula antiga, que soma vencimento básico, fator de valoração, triênios etc. Todos os agentes policiais, independentemente do cargo ou classe, vão ter 6% de reajuste nesta data. A implantação da tabela subsídios começa somente em maio de 2013.

Foto: Adriano Remião



Mesa da assembleia: Mendonça (Sinpol), Paulinho (Passo Fundo), Ortiz, Pablo (Santa Maria), Fábio Castro e Gretel (Porto Alegre)

## Tabela de subsídios aprovada

CARGO	MAIO 2013	NOVEMBRO 2013	MAIO 2014	NOVEMBRO 2014	MAIO 2015	NOVEMBRO 2015
INV. 1ª (19,85%)	1.908,05	1.986,85	2.068,90	2.154,34	2.243,31	2.231,31
INV. 2ª (27,55%)	2.360,69	2.483,93	2.613,61	2.750,60	2.893,63	3.040,63
INV. 3ª (33,44%)	3.068,92	3.209,09	3.355,67	3.508,94	3.669,21	3.830,21
INV. 4ª (36,57%)	4.277,52	4.376,39	4.477,55	4.581,04	4.686,93	4.791,93
INV. 5ª (53,33%)	4.447,52	4.691,34	4.948,52	5.219,80	5.505,96	5.800,96
INV. 6ª (66,7%)	5.403,23	5.714,22	6.043,11	6.390,93	6.758,77	7.140,77
INV. 7ª (80%)	6.421,63	6.797,20	7.194,74	7.615,53	8.060,93	8.530,93
INSP/ESC 1ª (36,67%)	2.827,28	3.003,59	3.190,89	3.389,87	3.601,26	3.820,26
INSP/ESC 2ª (53,33%)	3.959,32	4.220,75	4.499,45	4.796,55	5.113,27	5.450,27
INSP/ESC 3ª (66,7%)	5.403,23	5.714,22	6.043,11	6.390,93	6.758,77	7.140,77
INSP/ESC 4ª (80%)	6.421,63	6.797,20	7.194,74	7.615,53	8.060,93	8.530,93
COMISSÁRIO (100%)	8.383,20	8.838,54	9.318,61	9.824,76	10.358,40	10.900,40

# Conquista de carreira de nível superior encerra luta de 15 anos

As atribuições de agentes policiais serão definidas em lei, assinalando nova conquista

Foto: Ricardo Rochedo



Ortiz: "Queremos de direito aquilo que fazemos de fato".

## Partir de maio de 2013

DEZEMBRO	MAIO 2016	NOVEMBRO 2016	MAIO 2017	NOVEMBRO 2017	MAIO 2018	NOVEMBRO 2018
2.432,42	2.432,42	2.532,87	2.637,47	2.746,39	2.859,81	2.978,00
3.203,65	3.203,65	3.370,90	3.546,88	3.732,05	3.926,89	4.132,00
4.012,05	4.012,05	4.195,30	4.386,92	4.587,29	4.796,82	5.016,00
4.906,10	4.906,10	5.019,50	5.135,52	5.254,22	5.375,67	5.500,00
6.126,19	6.126,19	6.462,04	6.816,30	7.189,98	7.584,14	8.000,00
7.559,20	7.559,20	7.994,29	8.454,42	8.941,03	9.455,65	10.000,00
9.031,40	9.031,40	9.559,60	10.118,70	10.710,50	11.336,91	12.000,00
4.064,41	4.064,41	4.317,87	4.587,13	4.873,18	5.177,07	5.500,00
5.810,82	5.810,82	6.194,51	6.603,53	7.039,56	7.504,38	8.000,00
7.559,20	7.559,20	7.994,29	8.454,42	8.941,03	9.455,65	10.000,00
9.031,40	9.031,40	9.559,60	10.118,70	10.710,50	11.336,91	12.000,00
11.514,22	11.514,22	12.139,63	12.799,01	13.494,20	14.227,15	15.000,00

Muita gente percebeu a importância do artigo 5º da lei 14.073/12, que instituiu a remuneração por subsídios. Sim, salário é importantíssimo. Mas esse artigo inaugura o reconhecimento daquilo que, historicamente, sempre foi defendido pela Ugeirm para a valorização dos agentes policiais.

“As carreiras dos agentes de polícia, elencados no art. 2º, inciso I, da Lei nº 7.366/80, são consideradas de nível superior, em face da natureza, do grau de responsabilidade e da complexidade das atividades que os agentes desempenham”, diz o texto legal.

As atribuições dos agentes policiais serão definidas em lei, conforme parágrafo único que acompanha o artigo 5º. Isso vai sepultar, entre outras coisas, pareceres da PGE que afirmam que os agentes não desempenham atividade técnica, mas elementar.

Primeiramente, há que se registrar a luta que foi instituir a exigência de nível superior para ingresso na Polícia Civil. Houve resistências em 1997. Tentaram, inclusive, criar animosidades entre veteranos e novatos, como se a experiência dos mais antigos pudesse ser desprezada.

Logo, até mesmo o ingresso de nível superior esteve ameaçado em movimentos de bastidores, notadamente os clasistas. Não foram somente governos omissos os responsáveis pela demora no reconhecimento ora alcançado. Foi preciso, sobretudo, vencer adversários dentro da própria Polícia Civil. Vencemos.

### Reconhecimento legal

Há uma diferença enorme entre quem diz que “valoriza” o trabalho dos agentes, conforme a plateia ou a conveniência de ocasião, e aqueles que defendem a valorização segundo critério objetivamente descrito pela lei.

“Segmentos hostis à atividade e à luta da Ugeirm queriam a volta de concursos de agentes com nível médio. Seria um enorme retrocesso. Diziam até que agente não precisa pensar, mas apenas fazer aquilo que é

mandado, o que decerto deve incluir atribuições que não são de agentes”, diz Cláudio Abel Wohlfahrt, diretor financeiro da Ugeirm.

Portanto, no segundo semestre, quando o sindicato vai discutir plano de carreira, será excelente momento para escrever, na lei, quais são as reais atribuições dos agentes policiais. A Ugeirm mantém todas as orientações da cartilha da Cobrapol sobre a Operação Cumpra-se a Lei.

“Existe um mundo de fantasia em que os delegados fazem uma série de atribuições - e muitos deles, de fato, fazem. Mas as reações à Operação Cumpra-se a Lei mostraram, em portarias e pareceres, que os delegados não têm o dom da onipresença, que há falta de pessoal, precariedade, além de ser necessário bem atender à sociedade. Queremos de direito aquilo que fazemos de fato. Queremos assinar aquilo que fazemos”, frisa Isaac Ortiz.

### Plano de carreira

As atribuições dos agentes policiais são apenas um dos aspectos que deve ser discutido no plano de carreira. O Palácio Piratini se comprometeu a criar grupo de trabalho, com representantes dos agentes e do governo, para formular uma nova lei.

Este grupo de trabalho deverá iniciar atividades no segundo semestre de 2012. A expectativa é de que possa ser buscado consenso rapidamente e que a lei esteja aprovada até o final do ano.

“A Polícia Civil está atrasadíssima na questão do plano de carreira. Praticamente todas as categorias já têm seu plano. Chegou a hora de fazer o nosso. E vamos fazer, porque fazemos parte de uma instituição fundamental ao funcionamento do Estado de Direito”, finaliza Ortiz.

# Plenárias, audiências, assembleias e muita articulação decidiram conquistas

Ao longo de mais de seis meses, diversas atividades contribuíram para a construção da lei 14.073/12

**A** atuação sindical precisa de investidas diversas para costurar tecido de conquistas. Assembleias, reuniões, atos públicos, plenárias e muita articulação política são fundamentais. É preciso ouvir a categoria, orientar estratégias, dar visibilidade às reivindicações, superar adversários internos e disputar espaço na imprensa.

Os diretores do sindicato se desdobraram nos últimos meses, percorreram todas as regiões do interior. Em plenárias ou em reuniões em delegacias, participavam a categoria do andamento das negociações e, ao mesmo tempo, colhiam as dificuldades e reclamações mais recorrentes.

Nesse trabalho, tem destaque o Conselho de Representantes da Ugeirm. Ele reúne policiais de várias regiões e pode agendar encontros mais frequentes, de modo a confirmar ou reorientar estratégias do sindicato. Há policiais que viajam 600 quilômetros para fazer da Ugeirm um sindicato mais próximo da categoria.

“Todas as reuniões do Conselho foram fundamentais. Os representantes não somente traziam a realidade e as contrariedades de suas regiões, mas também difundiam para todo estado nossas investidas. Nem sempre houve unanimidade, mas construímos consenso com respeito às divergências”, sublinha Isaac Ortiz, presidente da Ugeirm.

As plenárias e reuniões em delegacias, nas diversas regiões, também foram muito importantes nas lutas do sindicato. “Foram muitas horas de conversa, de esclarecimento de dúvidas, de cobranças, de sugestões. Valeu cada viagem feita e vamos retomar as visitas ao interior do estado neste segundo semestre, porque elas dão fôlego ao sindicato e estreitam nossa relação com a base da categoria”, acrescenta Fábio Castro, vice-presidente da Ugeirm.

## Articulação política

As reuniões com o “núcleo duro” do governo são as mais visadas, porque ali são, de fato, tomadas decisões. Porém, as instâncias decisórias são sensíveis a pressões. O poder de negociação da categoria aumenta quando várias vozes, além da defesa sindical, repetem nossas reivindicações.

No quadro ao lado, estão relacionadas todas as cidades em que vereadores (a exemplo de Fernanda Melchionna de Porto Alegre), prefeitos, integrantes do Ministério Público, do Judiciário e de seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil foram contatados por policiais



Ver. Fernanda Melchionna (PSOL; centro): moção de apoio na capital



Audiência com deputados estaduais da bancada do PDT



Reunião com chefe da Casa Civil, Carlos Pestana



Audiência com deputado estadual Márcio Biolchi, líder da bancada do PMDB



Audiência com o deputado estadual Jeferson Fernandes (PT)



Reunião do Conselho de Representantes da Ugeirm



Audiência com deputado estadual Jorge Pozzobom (PSDB)



Santa Maria: reunião com líder do governo, deputado Valdeci Oliveira (PT)

de suas respectivas regiões. A Ugeirm garante que a enxurrada de moções de apoio pressionou parlamentares que têm base no interior e chegou até o “núcleo duro”.

O sindicato também buscou interlocução com parlamentares de todos os partidos na Assembleia Legislativa. Alguns, entre avanços e recuos nas negociações, foram procurados mais de uma vez. Agradecemos a todos aqueles que reverberaram nossas angústias e reclamações, tornando possível efetivar conquistas importantes para os agentes da Polícia Civil. (Veja Encarte).

## Moções de apoio

Entre outras manifestações recebidas por vereadores, promotores, prefeitos, juízes e seccionais da OAB, a Ugeirm registra agradecimentos às moções aprovadas em Porto Alegre, Santa Maria, Bagé, Palmeira das Missões, Capão do Leão, Mormaço, Ibirapuitã, Marau, Capão da Canoa, Cidreira, Região Carbonífera (São Jerônimo e demais cidades), Santo Augusto, Santo Ângelo, Agudo, Lindolfo Collor, Ivoti, São Valério do Sul, Gravataí, Restinga Seca, Lajeado, Arroio do Meio, Bento Gonçalves, Rio Grande, Encantado, Espumoso, Entre Ijuís, Campos Borges, Cachoeirinha, Nova Petrópolis, Caxias do Sul, Taquari, São Gabriel, Torres, Presidente Lucena, Dois Irmãos, Ametista do Sul, Jaguari, Condor, Carlos Barbosa, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Itaqui, Venâncio Aires, Vacaria, Campo Bom, Cruz Alta, Parobé, Pejuçara, São Borja, São Marcos, Santa Rosa, Barros Cassal, 24ª Região (Soledade), Ernestina, Dona Francisca, Lagoa Vermelha, Santana do Livramento, Vila Maria, Sarandi, Uruguaiana, Antônio Prado, Fontoura Xavier, Panambi, Alegrete, Bom Jesus e União dos Vereadores do RS (Univergs)

# Ugeirm quer nomeação e posse de novos policiais em setembro

Desde 2011, sindicato lutou para que todos os aprovados fossem convocados para o curso de formação na Acadepol

**A** nova turma de inspetores e escrivães tem formatura agendada para o início de setembro. A Ugeirm já fez interlocuções para que a nomeação aconteça durante a solenidade, de modo que a posse e a lotação não se retardem.

Em passado de triste memória, policiais formados ficaram até 100 dias à espera de nomeação. Traduzindo: ficaram literalmente desempregados, porque o governo à época protelou, de modo irresponsável, ato de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo.

Como se sabe, o curso da Acadepol obriga quem tem empregos a pedir demissão, pois é impossível conciliar as atividades. Logo, esse atraso não pode mais se repetir.

“Defendemos que os policiais sejam nomeados na formatura, ainda durante a solenidade. Não existe alegação orçamentária que possa constranger a nomeação, pois ela é prevista e é urgente. O retardamento, além de inadmissível, indica falha no planejamento, punindo o novo policial, a instituição e a sociedade”, diz Isaac Ortiz, presidente da Ugeirm.

O sindicato quer acreditar que erros do passado serão definitivamente superados. Também porque a atual turma já enfrentou meses de espera para iniciar a Acadepol – e algumas centenas de aprovados tiveram que aguardar ainda mais pela convocação para o curso de formação que conclui o processo seletivo.



Governador confirma convocação de todos os aprovados na Aula Magna

## Movimento dos Aprovados

A luta dos novos policiais não começou agora. A Ugeirm acolheu, no ano passado, o Movimento dos Aprovados da PC/RS: um grupo dos novos policiais que estava ansioso por iniciar a Acadepol.

“O sindicato nos impulsionou, foi quem nos deu força e ficou sempre do nosso lado. A Ugeirm abriu portas para que a gente fosse recebido por vereadores, por deputados, pela Chefia de Polícia, pela Casa Civil. Isso tornou nosso movimento conhecido, fomos ouvidos, ganhamos articulação. Da minha parte, só tenho a agradecer a todos os diretores pelo empenho”, diz Anderson Campos, o aluno “Campos” da Turma 17.

Em 2011, o Palácio Piratini alegava trabalhar em limites orçamentários do governo anterior. Logo, o início da Acadepol era previsto apenas em 2012, o que acabou se confirmando. Mas a garantia de convocação

de todos os aprovados deu-se depois disso, precisamente durante um ato público organizado pela Ugeirm.

Foi no dia 7 de fevereiro, quando da aula inaugural para 250 inspetores e 250 escrivães, que o governador confirmou a boa notícia para os demais aprovados.

Diretores do sindicato e vários veteranos estavam na porta do Palácio da Polícia em atividade pacífica, dando visibilidade às reivindicações da categoria, com ênfase na negociação salarial. A reivindicação dos aprovados já era velha conhecida do Poder Executivo. Tarso Genro confirmou o chamamento de todos durante a Aula Magna.

## Perspectivas

A instituição tem hoje cerca de 4,5 mil agentes. Oficialmente, eram 5,2 mil policiais civis, incluindo delegados, no final de junho de 2012. A população é de 11 milhões de habitantes.

A realidade que todos encontrarão pela frente, portanto, é desafiadora.

A Ugeirm, aos 32 anos de existência, está segura ao afirmar que os policiais que entram agora vão experimentar uma nova era de perspectivas. Esta realidade foi inaugurada pela organização coletiva firme e responsável da categoria, apoiada pelos veteranos em atividade, bem como pelos que já estão aposentados.

“Conversem com seus colegas nas delegacias. Perguntem como eram os reajustes salariais, possibilidades de promoção e de aposentadoria. Além de ganhar mal, há gente com mais de 15 anos na segunda classe, como é o meu caso. Era remota a chance de chegar a comissário”, diz Fábio Castro, vice-presidente da Ugeirm.

Com a criação de novas vagas de promoção, os novos policiais vão ser mais rapidamente promovidos. Isto é, tão logo cumpram o período de estágio

probatório, não ficarão anos a fio até chegar à segunda classe.

Se é verdade que a tabela de subsídios para a primeira classe (páginas 6 e 7), ficou distante do desejado por todos, também é verdade que, apenas em 2011 e 2012, teremos reajuste praticamente igual ao que foi concedido nos quatro anos do governo anterior. Temos, além disso, no segundo semestre deste ano, um plano de carreira para discutir.

## Campanha de filiação

A Ugeirm quer que os novos policiais participem do sindicato, acompanhem e colaborem com as discussões do plano de carreira, que já foi reconhecida como de nível superior. Também serão discutidas nossas atribuições neste segundo semestre.

“Com uma boa carreira, os novos policiais serão grandes beneficiários. A Polícia Civil está muito atrasada em relação a outras categorias. Mas as conquistas não se efetivam sem luta, não caem do céu”, afirma Isaac Ortiz, presidente do sindicato.

A Ugeirm pretende ultrapassar a marca de cinco mil filiados com essa nova turma.

“Nosso sindicato é forte porque tem representatividade, capacidade de mobilização, de organização, além de uma assessoria jurídica atuante e outras vantagens sociais, como um alojamento de trânsito. Mas o sindicato é forte de verdade quando tem filiados: é aí que o governo sabe com quem está lidando”, acrescenta Ortiz.



2012: Novos policiais participaram da luta da Ugeirm em ato público no Palácio Piratini



2011: Chefe de Polícia, delegado Ranolfo Vieira Júnior, recebe comissão de aprovados

# Ugeirm mantém Operação Cumpra-se a Lei

**Jornal da Ugeirm - As portarias administrativas observam dispositivos do Código de Processo Penal?**

**Luís Alberto Bergamaschi** - Em termos. Algumas delas observam ditames da Lei Processual Penal. No entanto, a grande maioria estabelece diretrizes de maneira absolutamente contrária ao que o CPP disciplina. A grande celeuma se refere à oitiva das partes, testemunhas e indiciados. Entendem as autoridades policiais, e também a DAJ, que as oitivas podem ser realizadas pelos agentes sem a presença do Delegado.

**Qual o objetivo do parecer da DAJ, acolhido pela Chefia de Polícia?**

Não obstante as 15 páginas cunhadas pela DAJ, o tema central do parecer é, justamente, a forma como se deve proceder às oitivas de partes. Entende a assessoria jurídica do Palácio da Polícia que, estando dentre as atribuições dos agentes a lavratura de autos de prisão, restituição, apreensão e, também, de termos de declarações e ocorrências, e também prestar auxílio às autoridades policiais no desempenho de suas atribuições, está implícito que as oitivas podem ser procedidas por estes, sem a presença física do Delegado.

**JU - A interpretação da DAJ é correta?**

Sem adentrar propriamente nos pormenores que levaram a DAJ a editar parecer dessa natureza, verificamos que a leitura das atribuições dos agentes, trazida no último edital do concurso de Escrivão de Polícia, está sendo feita de uma forma distorcida e vem sendo utilizada pela DAJ como subterfúgio para escorar sua conclusão equivocada.

**JU - O que diz o último edital?**

Diz que “são atribuições do

**A Operação Cumpra-se a Lei é uma campanha permanente da Ugeirm, que acolheu orientação nacional da Confederação Brasileira de Policiais Civis (Cobrapol). A adesão dos agentes policiais gaúchos ganhou relevo em 2012 e tem inspirado colegas de outros estados brasileiros. Como reação à OCL, portarias e pareceres têm tentado intimidar e constranger a categoria. Nesta página, você confere a análise do advogado Luís Alberto Bergamaschi (foto) sobre a lei e o teor de expedientes administrativos elaborados por delegados.**



Escrivão de Polícia (...) lavrar autos de prisão, de apreensão, de restituição, de depósito, de acareação e de reconhecimento; lavrar termos de ocorrência, de fianças, de compromisso e de representação (...); cumprir e fazer cumprir as determinações de autoridades policiais (...). É justamente a análise escorregada desse dispositivo do edital que conduz ao entendimento de que os agentes não são dotados de múnus público para realizar oitivas, mas que sua atividade se restringe a digitar as declarações das partes prestadas aos delegados. Lavrar, conforme Aurélio Buarque de Holanda, significa “exarar por escrito, escrever,

redigir; escrever uma sentença, uma ata”. Assim como, por exemplo, os tabeliães ou escrivães de Cartórios Judiciais, o agente policial apenas reduz a termo o que é dito na oitiva. Ele não elabora – e nem pode elaborar – questões à parte, haja vista que se trata de atividade indelegável do Delegado. A elaboração de questionamentos à testemunha pelo agente é tão absurda quanto à condução de uma audiência pelo assistente do juiz.

**JU - Há esforço para driblar a obrigação legal?**

Sim. Recentemente, identificamos uma ordem da Delegacia de Polícia de Osório para que os agentes certifiquem

– a certificação de fatos e situações é incumbência dos agentes – uma série de informações padronizadas sobre as partes. Disfarçadamente, o delegado emissor da ordem tentou burlar a OCL; mas o prejuízo, é, na verdade, da sociedade, pois, ao determinar que o agente certifique uma série de informações padronizadas, deixando de inquirir pormenorizadamente a parte, o delegado prejudica persecutio criminis. Sobre essa ordem de Osório, já emitimos parecer.

**JU - Em quais casos vislumbra-se usurpação de função pública?**

Sempre que um agente exe-

cutar atividades privativas de um delegado haverá a usurpação. A tomada de depoimentos é atividade privativa do delegado. É ele que detém conhecimento jurídico (ou deveria ter) para elaborar questionamentos ao inquirido; ao agente cumpre reduzir declarações a termo, digitar a oitiva e colher as assinaturas.

**JU - Quais condutas podem redundar em crime de prevaricação?**

Prefiro não enumerar condutas que redundam em prevaricação. Mas o certo é que, ao se negar a cumprir o mister que a Lei define como seu, qualquer servidor público prevarica.

**JU - Como os agentes podem se proteger?**

Os agentes devem, estando diante de situações dessa natureza, recorrer ao sindicato, encaminhando todo e qualquer documento, já que a entidade vem mantendo contato direto com a Chefia de Polícia e a assessoria jurídica da Ugeirm tem prestado apoio técnico na solução desses conflitos.

**JU - Como o sindicato pode proteger os agentes de eventual arbitrariedade?**

Na verdade, o sindicato só tem como proteger os agentes se for instado, por eles, sobre as arbitrariedades cometidas. As medidas protetivas vão desde um contato com a autoridade policial, ou com a própria Chefia, até o acionamento do setor jurídico que, avaliando a questão, juntamente com a entidade, pode lançar mão de remédios judiciais, conforme o caso. Outrossim, havendo algum tipo de punição, ou ameaça de punição, é trabalho do sindicato, por sua assessoria jurídica, a defesa do policial associado.

# Delegados fazem *lobby* contra a verticalidade para agentes

Atuação corporativa pretende repetir, no futuro, a tragédia do fosso salarial de 1992

No dia da votação da lei 14.073/12, que institui a remuneração por subsídios para os agentes policiais, os delegados trabalharam contra a base da Polícia Civil. A emenda que garantiria a verticalidade entre agentes e delegados foi enviada pela Casa Civil para apreciação da Assembleia Legislativa. O deputado Daniel Bordignon, líder do PT, cedeu à pressão.

**C**erca de cem delegados – inclusive do interior, alguns com diárias pagas pelo Estado e deslocados com viatura oficial - e sua respectiva entidade de classe fizeram intenso *lobby* contrário, antes da votação, para que a emenda não fosse apresentada. No corpo-a-corpo, os delegados diziam que não queriam qualquer tipo vinculação com os agentes.

A manobra corporativa pretende repetir, no futuro, a tragédia de 1992, quando se estabeleceu um fosso salarial na Polícia Civil. Não chega a surpreender dado o fato de que, antes de as negociações salariais serem abertas, a Ugeirm tentou, por mais de uma vez, negociação conjunta entre agentes e delegados. Não houve resposta.

A Ugeirm tem a firme disposição de não permitir novos abismos salariais e vai se valer de todos os meios necessários para assegurar patamares remuneratórios condizentes para os agentes

policiais – apesar de ter contra si o viés nocivo da classe dos delegados.

## Discussão

Momentos antes da votação, houve um atrito verbal entre o presidente da Associação dos Delegados de Polícia (Asdep), Wilson Müller, e o presidente da Ugeirm, Isaac Ortiz, no Salão Júlio de Castilhos. A discussão deu-se pelo modo como os delegados atuaram ostensivamente contra a emenda feita pelo governo.

Ao testemunhar o atrito verbal entre os presidentes da Ugeirm e da Asdep, o dirigente da Associação dos Oficiais da Brigada Militar (AsofBM), coronel Riccardi, questionou o que havia ocorrido. Ortiz explicou a contrariedade da Asdep. “A AsofBM defendeu a emenda da verticalidade entre oficiais e praças, porque acha justa a vinculação”, disse Riccardi.

A emenda que a Casa Civil remeteu à Assembleia Legislativa para a vinculação de oficiais e praças da BM era



Delegados foram às centenas pressionar Assembleia Legislativa contra agentes policiais

idêntica à que foi remetida para agentes e delegados da PC.

O líder do governo, deputado Valdeci Oliveira (PT), confirmou a pressão contrária dos delegados. O parlamentar foi homenageado em evento realizado pela Apocisma, em Santa Maria, pela disponibilidade em ser interlocutor da categoria junto ao Palácio Piratini ao longo dos mais de seis meses de negociação salarial. Ele se comprometeu em encaminhar a verticalidade entre agentes e delegados.

“Os delegados nos repe-

lem, não querem nenhum tipo de proximidade conosco. Curiosamente, dentro das delegacias, costumam dizer que a Ugeirm instiga os agentes contra os delegados, como se nossa luta fosse pessoal. Mas são eles, corporativamente, que atuam nas instâncias políticas contra nossos legítimos interesses”, diz Isaac Ortiz, presidente da Ugeirm.

## Desafios

Na avaliação do vice-presidente da Ugeirm, Fábio Castro, é possível antever o duro

embate que será a definição de nossas atribuições e nosso plano de carreira, que serão formulados ao longo do segundo semestre. “É por razão classista, e não pessoal, que os agentes policiais precisam dimensionar a importância de ampliar os efeitos da Operação Cumpra-se a Lei a partir de agora”.

A Ugeirm já retomou a agenda de visitas ao interior do estado para fortalecer a OCL e reforçar as estratégias em defesa dos agentes policiais.

## Reajuste de diárias atende à reivindicação da Ugeirm

A Assembleia Legislativa aprovou no dia 19 de junho, por 42 votos a zero, o reajuste das diárias dos servidores públicos. Os valores agora variam de R\$ 122 a R\$ 300.

O cálculo das diárias é feito a partir de um fator básico, agora fixado em R\$ 29,97, acrescido de fatores

multiplicadores, estabelecidos conforme o destino de deslocamento. Até então, o fator básico era de R\$ 26,69, mas havia distinções na indenização percebida por agentes e delegados. Essa diferença deixa de existir.

Com a nova lei, o fator básico é idêntico para todos servidores da administra-

ção pública direta, independentemente de padrão de vencimentos. Portanto, as diárias de agentes policiais e delegados de polícia passam a ser idênticas, pois o valor deve indenizar despesas com estadia e alimentação.

As diárias passam a ter os seguintes valores: R\$ 122,99 (interior), R\$ 150,32 (capital),

R\$ 204,99 (outros estados) e R\$ 300,65 (capitais do DF, SP e RJ).

Ainda que os valores de diárias não contemplem integralmente as despesas com estadia e alimentação, o que demandará correções futuras em conformidade com os gastos efetivamente feitos pelos servidores, é justo o

atendimento de demanda da Ugeirm.

Não existe razão para diárias terem valores distintos entre hierarquias salariais. “A diária indeniza gastos e a alimentação e a hospedagem não variam segundo o salário do servidor”, finaliza o presidente da Ugeirm, Isaac Ortiz.

# Caminhar é preciso

As conquistas não se efetivam sem luta. No caminho, existem dificuldades, reveses, obstáculos. Às vezes, cansaço. O que faz a Ugeirm não esmorecer são imagens como esta: é a resposta de quem quer seguir no caminho certo. O sindicato tem o orgulho e a certeza de representar uma categoria batalhadora, que arrisca a vida, sofre arbitrariedades diversas e é mal remunerada. Mas os agentes policiais gaúchos não desistem e sua capacidade de organização é inspiradora para muitos outros estados brasileiros. Parabéns a todos os policiais, que querem transformar a realidade para melhor. Juntos, somos mais fortes.



**UGEIRM**  
SINDICATO

Jornal da Ugeirm – Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores de Polícia do Rio Grande do Sul  
Fundado em 20 de março de 1980

Jornalista responsável: Fábio Carvalho (Mtb 0667). Projeto gráfico e diagramação: Engenho Comunicação e Arte Ltda. Logo capa: PS Criação. Impressão: Gazeta do Sul Tiragem: 8 mil exemplares. Periodicidade: bimestral - Administração: Rua Lobo da Costa, 480 - Porto Alegre - RS - Cep 90050-110 - Fone (51) 3225.1707 / Alojamento: Rua Inácio Montanha, 37 - Porto Alegre - RS - Fone (51) 3225.1367. Colônia de Férias: Avenida das Flores, 1115 - Pinhal - RS - Fone (51) 682.2160 - e-mail: ugeirm@ugeirm.com.br - Contatos com o jornal: imprensa@ugeirm.com.br

# ENCARTE ESPECIAL



# Ugeirm em movimento



Alegrete



Alvorada



Anta Gorda



Bento Gonçalves



Barros Cassal



Barracão



Bom Jesus



Cachoeira do Sul



Uruguiana - Defrec



Cacique Doble



Camaquã



Campo Novo



Canoas - 3ª DP



Carazinho



Vacaria



Chuí



Bagé



Cruz Alta



Diplanco - Porto Alegre



Dom Pedrito



DPI - Porto Alegre



Deic - DRCP



Erechim



Ernestina



Espumoso



Frederico Westphalen



Getúlio Vargas



Gravataí



Guaíba



Ibiaçá





Caxias do Sul



Ibiraiaras



Igrejinha



Ijuí



Itaquí



Jaguari



Lagoa Vermelha



Lajeado



Maximiliano de Almeida



Nonoai



Nova Bassano



Nova Petrópolis



Osório



Palmeira das Missões



Panambi



Passo Fundo



Pelotas



Santana do Livramento



Porto Alegre - 2ª DP



Porto Alegre - 8ª DP



Porto Alegre - 9ª DP



Porto Alegre - 10ª DP



Porto Alegre - 17ª DP



Porto Alegre - 19ª DP



Porto Alegre - 20ª DP



Denarc



Porto Xavier



Quaraí



Rio Grande



Rosário do Sul





Santa Rosa



Salto do Jacuí



Sananduva



Santa Cruz do Sul



Santa Maria



Santa Vitória do Palmar



Santiago



Santo Ângelo



Santo Antônio da Patrulha



Santo Augusto



São Borja



São Francisco de Paula



São Francisco de Assis



São Gabriel



São Jerônimo



Bom Princípio



São José do Ouro



Taquara



São Leopoldo



São Lourenço do Sul



São Marcos



São Paulo das Missões



São Sepé



Sarandi



Serafina Corrêa



Soledade



Tapera



Tramandaí



Três Passos



Uruguaiana





Jaguarão



Caçapava do Sul



Cambará do Sul



Aceguá



Campo Bom



Capão da Canoa



Carlos Barbosa



Cidreira



Gramado



Ivoti



Palmares do Sul



Parobé



Deic - Delegacia de Roubos



Tapes



Vera Cruz



Deic - Entrega de telefones funcionais no Detel (Palácio da Polícia)



Crissiumal



Deic - Decon



Imbé



Pinhal / Rodeio Bonito



Piratini



Portão



DPtran - Porto Alegre



Cassino - Rio Grande



São Luiz Gonzaga



Sapiranga



Torres



Venâncio Aires



Veranópolis



Xangri-lá





Plenária de Bagé



Plenária de Cachoeira do Sul



Visita a Capão da Canoa



Plenária de Canoas



Plenária de Carazinho



Plenária de Caxias do Sul



Plenária do DEIC



Plenária do Denarc



Erechim



Plenária de Gravataí



Plenária de Ijuí



Plenária de Imbé



Plenária de Lajeado



Visita a Nova Esperança do Sul



Plenária de Osório



Plenária de Passo Fundo



Plenária de Palmeira das Missões



Plenária de Pelotas



Plenária de Santa Cruz



Plenária de Santa Maria



Plenária de Santiago



Plenária de Santo Ângelo



Plenária de São Luiz Gonzaga



Visita a São Sebastião do Caí



Plenária de Soledade



Plenária de Três Passos



Plenária de Uruguaiana



Câmara de Cachoeirinha



Plenária de Vacaria



Plenária do Vale do Sinos





*Câmara de Bento Gonçalves*



*Câmara de Campo Bom*



*Câmara de Capão da Canoa*



*Câmara de Capão do Leão*



*Ver. Luciano Baroni (Carlos Barbosa)*



*Ver. Gustavo Toigo (Caxias do Sul)*



*Câmara de Condor*



*Câmara de Ametista do Sul*



*União dos Vereadores do RS (Univergs)*



*Câmara de Bagé*



*Ver. João Dirceu de Oliveira (Entre Ijuís)*



*Câmara de Porto Alegre*



*Câmara de Santa Maria*



*Câmara de Ivoti*



*Câmara de Nova Petrópolis*



Inauguração da Delegacia do Turista - Aeroporto Salgado Filho



Palácio da Polícia (16 de março)



Canoas - 4ª DP



Mercado Público



Palácio da Polícia (16 de março)



Passo Fundo - Defrec



Pelotas - 2ª DP



Pelotas - Regional



Rio Grande - 1ª DP



Delegacia da Mulher - Santa Maria



Uruguaiana - 2ª DP



Prefeitura de Gravataí



Ver. Jeovane Contreira (São Borja)



Câmara de São Leopoldo



Câmara de Vacaria